

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ: 09.274.998/0001-97

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ: 09.274.998/0001-97

Demonstrações contábeis regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanco patrimonial.....	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia

A Brasnorte atua no segmento de transmissão de energia elétrica baseada no seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de sua existência. A Brasnorte atua na região Centro Oeste e responde por 0,09% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a Brasnorte detém a concessão de linha de transmissão da Rede Básica que compreendem 4 subestações, conforme quadro a seguir:

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
Jauru/Juba	Duplo	230	129	150	24/09/2009	17/03/2038
Brasnorte/Nova Mutum	Duplo	230	273	100	18/11/2009	17/03/2038

Linha de Transmissão	RAP – R\$mil (*)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
Brasnorte	28.004	N/A	Junho	IPCA

(*) RAP estabelecida conforme resolução homologatória nº 2.725 de 14 de julho de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui linhas, subestações ou projetos de ampliação em construção.

Considerando as linhas em operação, a RAP esperada é de R\$30.858 mil para 2021 a 2025 (acréscimo de 0,35% em relação a 2020), conforme quadro a seguir:

RAP Esperada – R\$ mil - em moeda constante de 31/12/2020							
Linha de Transmissão	2019 (*)	2020 (*)	2021	2022	2023	2024	2025
Brasnorte	29.745	30.784	30.858	30.858	30.858	30.858	30.858

(*) RAP realizada.

A Brasnorte é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”).

Desempenho financeiro regulatório - R\$ mil	2020	2019
Receita operacional líquida	26.502	25.780
EBITDA	19.545	20.373
Margem EBITDA	73,75%	79,03%
<i>Reconciliação do EBITDA</i>		
Lucro do exercício	10.054	13.473
Depreciação e amortização	6.841	6.801
Resultado financeiro	(317)	(642)
Imposto de renda e contribuição social	2.967	741
EBITDA	19.545	20.373

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelo MCSE, não representa

um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “*back-office*” para atividades administrativas da Brasnorte e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões em que o Grupo.

Gestão Operacional

A Companhia demonstrou mais uma vez sua capacidade de manter a disponibilidade da linha de transmissão consistentemente em elevados patamares, atingindo no ano de 2020 o resultado de 99,99% de disponibilidade. Este desempenho se deve também à qualidade dos ativos e instalações da Companhia e, principalmente, à competência técnica e especialização das equipes responsáveis pela operação e manutenção dos processos críticos.

Política de Qualidade

A Brasnorte, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2020.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestar serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pelo valor de R\$107 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 29 de março de 2021, com opinião sem modificação e contendo o parágrafo de ênfase relacionado a reapresentação dos valores correspondentes incluído naquelas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ no 09.274.998/0001-97
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019		Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Ativos				Passivos			
<i>Ativos Circulantes</i>				<i>Passivos Circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.092	153	Fornecedores	7	1.266	899
Títulos e valores mobiliários	5	-	16.371	Taxas regulamentares		636	546
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	3.196	2.769	Impostos e contribuições sociais		1.081	1.549
Impostos e contribuições sociais		1.311	1.076	Dividendos a pagar	11	103	7.270
Outras contas a receber		980	577	Outras contas a pagar	9	1.294	787
Total dos Ativos Circulantes		8.579	20.946	Total dos Passivos Circulantes		4.380	11.051
<i>Ativos Não Circulantes</i>				<i>Passivos Não Circulantes</i>			
Depósitos judiciais		465	456	Provisões para riscos fiscais e cíveis	12	202	216
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	193	180	Impostos e contribuições sociais diferidos	10	4.838	2.416
Imobilizado	8	173.524	177.607	Outras contas a pagar		1.025	1.146
Intangível	8	2.483	2.474	Total dos Passivos Não Circulantes		6.065	3.778
Outras contas a receber		169	169				
Total dos Ativos Não Circulantes		176.834	180.886	Total dos Passivos		10.445	14.829
				<i>Patrimônio Líquido</i>			
				Capital social		191.052	191.052
				Reserva de lucros		38.646	29.716
				Dividendos adicionais propostos		6.103	7.270
				Prejuízos acumulados		(60.833)	(41.035)
				Total do Patrimônio Líquido	13	174.968	187.003
Total dos Ativos		185.413	201.832	Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		185.413	201.832

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ no 09.274.998/0001-97

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2020	2019
Disponibilização do sistema de transmissão		30.784	29.745
Parcela variável		(275)	(10)
Receita bruta		30.509	29.735
PIS e COFINS correntes		(2.799)	(2.750)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(1.208)	(1.205)
Tributos e encargos		(4.007)	(3.955)
Receita líquida	18	26.502	25.780
Pessoal		(3.544)	(2.702)
Material		(138)	(171)
Serviços de terceiros		(1.812)	(1.302)
Depreciação e amortização		(6.840)	(6.800)
Outros custos operacionais		(275)	(90)
Custos operacionais	19	(12.609)	(11.065)
Pessoal e administradores		(386)	(204)
Serviços de terceiros		(750)	(888)
Depreciação e amortização		(1)	(1)
Despesas operacionais, líquidas		(52)	(50)
Despesas operacionais	19	(1.189)	(1.143)
Resultado da atividade		12.704	13.572
Receitas financeiras		380	686
Despesas financeiras		(63)	(44)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		317	642
Resultado antes dos impostos e contribuições		13.021	14.214
Imposto de renda e Contribuição social correntes		(544)	(1.019)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		(2.423)	278
Imposto de renda e Contribuição social	14	(2.967)	(741)
Lucro líquido do exercício		10.054	13.473
Lucro por ação			
Lucro por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	17	0,05262	0,07052

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ no 09.274.998/0001-97

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	10.054	13.473
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>10.054</u>	<u>13.473</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Legal	Incentivo fiscal	Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2018		191.052	6.119	11.185	16.190	6.501	(43.746)	187.301
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	-	(6.501)	-	(6.501)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	13.473	13.473
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal		-	912	-	-	-	(912)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	2.784	-	-	(2.784)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(7.270)	(7.270)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	7.270	(7.270)	-
Compensação de prejuízos acumulados		-	-	-	(7.474)	-	7.474	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13	191.052	7.031	13.969	8.716	7.270	(41.035)	187.003
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	(8.716)	(7.270)	-	(15.986)
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	-	(6.000)	(6.000)
Impactos Ofício CVM 04/2020 sobre a destinação do resultado societário		-	(24)	-	15.525	-	(15.501)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	10.054	10.054
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal		-	718	-	-	-	(718)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	1.427	-	-	(1.427)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(103)	(103)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	6.103	(6.103)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13	191.052	7.725	15.396	15.525	6.103	(60.833)	174.968

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		10.054	13.473
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		6.841	6.801
Imposto de renda e contribuição social	14	2.967	741
Renda de aplicação financeira		(380)	(686)
(reversões) de provisões de contingências		(3)	-
Provisões de parcela variável		81	-
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) redução no contas a receber de concessionárias e permissionárias		(521)	213
(Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(149)	(253)
(Aumento) no saldo de depósitos judiciais e outras contas a receber		(411)	(137)
Aumento no saldo de fornecedores		367	219
Aumento no saldo de taxas regulamentares		91	73
Aumento (redução) no saldo de outras contas a pagar		373	(454)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>19.310</u>	<u>19.990</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(1.097)</u>	<u>(466)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>18.213</u>	<u>19.524</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Redução (Aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		16.751	(6.119)
Adições no imobilizado e intangível	8	(2.767)	(407)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		<u>13.984</u>	<u>(6.526)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos	11	<u>(29.258)</u>	<u>(13.002)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		<u>(29.258)</u>	<u>(13.002)</u>
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>2.939</u>	<u>(4)</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	153	157
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	<u>3.092</u>	<u>153</u>
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>2.939</u>	<u>(4)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado relativo às linhas de transmissão LT Jubá/Jauru e LT Brasnorte/Nova Mutum, ambas de 230 kV, com aproximadamente 129 e 273 km, respectivamente, e subestações SE Jubá, de 300 MVA, e SE Brasnorte, de 100 MVA, ambas de 230/138 kV, entradas de linha e instalações vinculadas a estas, bem como às demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, conforme consta no Edital de Leilão nº 004/2007, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 17 de março de 2008, a Companhia assinou com a ANEEL o contrato de concessão nº 003/2008 para exploração das linhas de transmissão LT Jubá/Jauru e LT Brasnorte/Nova Mutum, pelo prazo de 30 anos. A construção da linha foi iniciada ao longo de 2008 e concluída em setembro de 2009. Em 04 de fevereiro de 2015, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS emitiu o Termo de Liberação Definitivo.

Em 31 de maio de 2019, a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”) adquiriu 49,7115% de participação na Brasnorte pertencentes à Centrais Elétricas do Brasil S.A. (“Eletrobrás”). Com a aquisição, a Taesa alcançou a participação de 88,376% sobre capital social da Companhia, visto que já possuía uma participação de 38,6645%. Com a aquisição, a Brasnorte deixou de ser uma controlada em conjunto, tornando-se uma controlada da Taesa. Em 30 de agosto de 2019, a Taesa adquiriu mais 11,624% de participação na Brasnorte pertencentes à Bipar Energia, Telecomunicação e Indústria Metalúrgica S.A. (“Bipar”), alcançando os 100% de participação na Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2021.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 24.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos - são registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

d) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio quando aplicável, é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

3.3. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("*VJORA*") e ao valor justo por meio do resultado ("*VJR*"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.6. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções visam compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado no mesmo período em que as despesas são auferidas, registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado serão

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem taxas bancárias, PIS e COFINS sobre receitas e multas e juros.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

3.9. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.10. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	113	153
Aplicações financeiras	2.979	-
	3.092	153

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2020	31/12/2019
CDB	98,58% do CDI	-

Caixa e equivalente de caixa inclui caixa e depósitos bancários à vista e são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019
Investimento em cotas de fundos – “Pampulha” – Ativo circulante	-	16.371
Taxa de rentabilidade anual acumulada	-	103,08% do CDI

Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - Fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2020	31/12/2019
	Correntes a Vencer	Correntes Vencidos					
		Até 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.815	233	149	7	265	3.469	2.949

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2020	2019
Concessionários e Permissionários	3.469	2.949
Parcela Variável (a)	(80)	-
Circulante	3.389	2.769
Não circulante (b)	193	180

(a) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos no exercício de 2020, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

(b) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo registrado no ativo não circulante no valor de R\$193 (R\$180 em 31 de dezembro de 2019), refere-se aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pela Companhia na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos e entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais, quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2020-2021			Ciclo 2019-2020			Ciclo 2018-2019		
Resolução nº 2.725, de 14/07/2020			Resolução nº 2.565, de 25/06/2019			Resolução nº 2.408, de 28/06/2018		
Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021			Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020			Período: de 01/07/2018 a 30/06/2019		
RAP	Parcela de ajuste	Total	RAP	Parcela de ajuste	Total	RAP	Parcela de ajuste	Total
28.004	(77)	27.927	27.559	(774)	26.785	26.213	(838)	25.375

7. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Passivo Circulante</u>		
Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços para	530	530
Servidão (i)	458	25
Outros	278	344
	<u>1.266</u>	<u>899</u>

(i) Referem-se às indenizações aos proprietários de imóveis para viabilizar a construção das instalações de transmissão da Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto em 2019	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 2020	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Depreciação Acumulada 2020	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
<i>Ativo Imobilizado em Serviço</i>									
<u>Transmissão</u>									
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,97%	510	-	62	572	62	(179)	393	348
Máquinas e Equipamentos	2,86%	237.277	-	329	237.606	329	(72.641)	164.965	171.436
Veículos	7,40%	216	-	-	216	-	(194)	22	38
		238.003	-	391	238.394	391	(73.014)	165.380	171.822
<i>Ativo Imobilizado em Serviço Administrativo</i>									
Móveis e Utensílios	16,66%	12	-	-	12	-	(3)	9	11
		12	-	-	12	-	(3)	9	11
		238.015	-	391	238.406	391	(73.017)	165.389	171.833
<i>Ativo Imobilizado em Curso</i>									
<u>Transmissão</u>									
Máquinas e equipamentos		3.092	2.699	(329)	5.462	2.370	-	5.462	3.092
Edificações, obras civis e benfeitorias		312	-	(62)	250	(62)	-	250	312
Almoxarifado de obras		2.370	53	-	2.423	53	-	2.423	2.370
		5.774	2.752	(391)	8.135	2.361	-	8.135	5.774
Total do Ativo Imobilizado		243.789	2.752	-	246.541	2.752	(73.017)	173.524	177.607

Intangível	Valor Bruto em 2019	Adições (A)	Transferência (B)	Valor Bruto em 2020	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Amortização Acumulada 2020	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
<i>Ativo Intangível em Serviço</i>								
<u>Transmissão</u>								
Servidões	1.765	-	551	2.316	551	-	2.316	1.765
Software	17	-	32	49	32	(8)	41	15
	1.782	-	583	2.365	583	(8)	2.357	1.780
<i>Ativo Intangível em Curso</i>								
<u>Transmissão</u>								
Servidões	694	15	(583)	126	(568)	-	126	694
	694	15	(583)	126	(568)	-	126	694

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Intangível	Valor Bruto em 2019	Adições (A)	Transferência (B)	Valor Bruto em 2020	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Amortização Acumulada 2020	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
Total do Ativo Intangível	2.476	15	-	2.491	15	(8)	2.483	2.474

Imobilizado e intangível	Taxas anuais médias de depreciação	2020			2019
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<i>Em serviço</i>					
Transmissão - Custo histórico	2,85%	240.771	(73.025)	167.746	173.613
<i>Em curso</i>					
Transmissão - Custo histórico	-	8.261	-	8.261	6.468
Total do imobilizado e intangível		249.032	(73.025)	176.007	180.081

Composição das adições do imobilizado e do intangível por tipo de gasto capitalizado	Material / Equipamentos	Faixa de Servidão	Outros gastos	Total
Intangível em curso				
Máquinas e equipamentos	2.699	-	-	2.699
Material em depósito	53	-	-	53
Outras adições	-	15	-	15
Total do imobilizado em curso	2.752	15	-	2.767

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Passivo Circulante</u>		
Folha de pagamento	747	261
Compensação Ambiental	390	390
Partes relacionadas	42	38
Outros	115	98
	1.294	787

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - ativo	945	630
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - passivo	(5.783)	(3.046)
Efeito líquido no balanço – passivo	(4.838)	(2.416)

Expectativa de realização do IRPJ e da CSLL diferidos ativos	2021	2022	2023	Total
Diferenças temporárias	511	364	70	945

11. PARTES RELACIONADAS

I – Outras contas a receber – OCR e Outras contas a pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência/ duração	Taxa de juros cobrada/ atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes

Transações entre empresas ligadas

1	Outras contas a receber x Taxa de conservação de CCI – EBTE x Brasnorte	R\$17 Valor mensal	30/11/2010 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de mora 12% a.a./multa 2%/atualização anual.	O contrato somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal.	Não houve.
---	---	-----------------------	---	--	---	------------

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019

Transações entre e empresas ligadas

1	Reembolso de custo de CCI – EBTE	40	20	237	229
---	----------------------------------	----	----	-----	-----

b) Passivo e despesas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência/duração	Taxa de juros cobrada/ atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes

Transações com empresa ligada

1	Outras contas a pagar x Custos operacionais - CCI - Brasnorte x Eletronorte (*)	R\$8 Valor mensal	17/11/2009 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de mora 12% a.a./multa 2%/atualização anual pelo IGP-M/mês de referência.	O contrato somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal.	Não houve.
---	---	----------------------	---	---	---	------------

Transação com controladora

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência/duração	Taxa de juros cobrada/ atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
2	Outras contas a pagar x Despesas Operacionais- "BackOffice" - Brasnor x Taesa	R\$36 Valor mensal	21/05/2018 até 21/05/2023	Multa de 2% a.m. / juros de mora de acordo com o mercado financeiro/atualização anual pelo IGP-M.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante prévio aviso de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	Não houve.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
1	CCI - Brasnor x Eletronorte (*)	-	-	45	57
2	"BackOffice" - Brasnor x Taesa	42	38	490	501
		42	38	535	558

(*) A Taesa adquiriu a participação da Eletrobrás na Brasnor em 29 de abril de 2019 (vide nota explicativa nº 1), desta forma a Eletronorte deixou de ser uma empresa ligada à Brasnor.

II – Dividendos a pagar

	31/12/2019	Adição	Pagamento	31/12/2020
Dividendos a pagar a Taesa	7.270	22.091	(29.258)	103

III - Remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Proporção da remuneração total	31/12/2020	31/12/2019
Diretoria (não há remuneração)	-	-
Conselho Fiscal (remuneração fixa, condicionada à participação em reuniões)	-	100%
Conselho de Administração (não há remuneração)	-	-

Valores reconhecidos no resultado Conselho Fiscal	2020	2019
Remuneração (incluindo encargos)	-	6

12. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos tributários e cíveis.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes a faixa de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor de R\$201.

	31/12/2019	Baixas	Reversões	31/12/2020
Cíveis	216	(11)	(3)	202

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro 2020, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era de R\$4.760 (R\$ 5.068 em 31 de dezembro de 2019), referentes a causas fiscais, para os quais nenhuma provisão foi constituída.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Referem-se basicamente a ações anulatórias que visam desconstituir autuações fiscais de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS pela entrada de mercadorias no Estado do Mato Grosso, conforme detalhado a seguir:

(i) Créditos tributários cobrados por meio do Aviso de Cobrança da Conta-Corrente Fiscal, lavrado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso, em razão de suposto: (a) não recolhimento do imposto devido na forma da Resolução nº 007/08; (b) não recolhimento do ICMS garantido integral; (c) não recolhimento do ICMS devido em razão do diferencial de alíquota por operações interestaduais; (d) não recolhimento do ICMS substituição tributária transcrita; e (e) não recolhimento do Fundo Partilhado de Investimento Social - FUPIS. A Companhia ajuizou ação anulatória de débito fiscal, com vistas a declarar a inexistência de relação jurídico-tributária, que autorize o Estado de Mato Grosso a realizar a cobrança do crédito em referência. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor do processo era de R\$2.180.

Cancelamento da autuação fiscal nº 936.079 em virtude de suposta: (a) declaração incorreta de informações econômico-fiscais apresentadas por meio de Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA; (b) emissão de documento fiscal com valores diferentes nas suas respectivas vias; (c) ausência de recolhimento/recolhimento a menor do ICMS - estimativa por operação devido na entrada de mercadorias no Estado do Mato Grosso provenientes de outras Unidades da Federação; (d) ausência de recolhimento/recolhimento a menor de ICMS - estimativa simplificada devido pela aplicação da carga média tributária apurada para o Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE em que a empresa se enquadra; e (e) ausência de recolhimento de ICMS devido por ocasião da entrada, no Estado do Mato Grosso, de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação. A Companhia ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal, com vistas a declarar a inexistência de relação jurídico-tributária, que autorize o Estado de Mato Grosso a realizar a cobrança do crédito em referência. Em 31 de dezembro 2020 e 2019, o valor desse processo era de R\$2.341.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado era de R\$191.052, representado por 191.052.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, (b) Reserva especial - constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da nº Lei 6.404/76 e (c) Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Estado do Mato Grosso. Esse incentivo, no montante de R\$1.427 em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.784 em 31 de dezembro de 2019), foi concedido pela SUDAM na redução de imposto de renda, e é registrado contabilmente na rubrica de Reserva de Incentivo Fiscal. Sua destinação é submetida à aprovação da Assembleia de Acionistas, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente.

Remuneração aos acionistas - O estatuto social da Companhia não estabelece um percentual de dividendos mínimos obrigatórios aos titulares de ações de qualquer espécie. Dessa forma, conforme o inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o dividendo mínimo obrigatório será de 50% do lucro líquido, diminuída a importância destinada à reserva legal e ao incentivo fiscal.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício - Societário

Destinação do lucro do exercício	2020
Lucro líquido do exercício	14.351
- Reserva legal (5%)	(718)
- Reserva de incentivo fiscal	(1.427)
- Dividendos obrigatórios (residual)	(103)
- Dividendos adicionais propostos	(6.103)
- Dividendos intercalares pagos, atribuídos aos dividendos obrigatórios	(6.000)

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social correntes	(544)	(1.019)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.423)	278
	(2.967)	(741)

Correntes - calculados sobre o lucro líquido com base regime tributário do lucro real.

Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM - Em 31 de dezembro de 2019, o Ministério da Integração Nacional, por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, emitiu os Laudos Constitutivos nº 239/2018 e nº 240/2018 que outorgam à Companhia benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido pelas unidades produtivas localizadas nas áreas de atuação da SUDAM. O benefício é calculado mensalmente sobre o lucro de exploração referente às linhas Brasnorte/Nova Mutum e Jubá/Jauru, localizadas integralmente no Estado do Mato Grosso, fazendo parte da área incentivada pela SUDAM. Os Atos Declaratórios Executivos serão expedidos pela RFB em até 120 (cento e vinte) dias, contados da apresentação do pedido de reconhecimento do direito à redução de 75% do IRPJ na unidade da SRF a que está jurisdicionada a pessoa jurídica solicitante (estabelecimento matriz).

Diferidos - registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL - Lucro Real	2020	2019
Lucro das operações antes dos impostos	13.022	14.214
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(4.427)	(4.833)
Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM	1.427	2.784
Outros	32	1.308
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.968)	(741)
Alíquota efetiva	23%	5%

15. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, e mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	Danos materiais - valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil geral - RCG	AXA Seguros	20/09/20 a 19/09/21	10.000	-	1
Risco operacional - RO	Mapfre Seguros	02/12/19 a 01/06/21	-	49.296	75
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	Zurich Seguros	18/09/20 a 18/09/21	40.000	-	1
Seguro veículos - frota	Tokyo Marine	06/03/20 a 05/03/21 (*)	100% Tabela FIPE	-	7

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, referentes ao risco de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

16.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

16.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras de curto prazo	2.979	16.371
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	113	153
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	3.389	2.949
	6.481	19.473
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	1.266	899
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	1.025	1.146
	2.291	2.045

16.4. Risco de mercado

16.4.1. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixados sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

16.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índice	31/12/2020	Cenário provável em 31/12/2021
CDI (i)	2,75%	5,25%

(i) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), 16 de abril de 2021 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2020	Efeito Provável no LAIR - dezembro de 2021 - (redução)
Ativos financeiros - Títulos e valores mobiliários - CDI	2.979	74

16.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito (“ratings”) satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todas as transmissoras; (ii) as garantias financeiras fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.6. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

16.7 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

16.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo e Títulos e valores mobiliários	4 e 5	2.979	16.371	Nível 2

17. LUCRO POR AÇÃO

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	10.054	13.473
Quantidade de ações ordinárias - Em lotes de mil	191.052	191.052
Lucro por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	0,05262	0,07052

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019
Disponibilização do sistema de transmissão	30.784	29.745
Parcela variável	(275)	(10)
Receita bruta	30.509	29.735
PIS e COFINS correntes	(2.799)	(2.750)
Encargos setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D e TFSEE	(1.208)	(1.205)
Tributos e encargos	(4.007)	(3.955)
Receita líquida	26.502	25.780

19. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2020	2019
-Remuneração direta	(2.150)	(1.764)
-Benefícios	(946)	(482)
-FGTS e INSS	(834)	(660)
Pessoal	(3.930)	(2.906)
Materiais	(138)	(171)
Serviços de terceiros	(2.562)	(2.190)
Depreciação e amortização	(6.841)	(6.801)
Outros custos e despesas operacionais	(327)	(140)
Total custos e despesas	(13.798)	(12.208)

20. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2020, 10% do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev (em 31 de dezembro de 2019 não havia participantes).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 11 – Partes Relacionadas.

21. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Compensação ambiental - Em 31 de dezembro de 2020, não existiam projetos de compensação ambiental em andamento com relação ao órgão licenciador - Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso - SEMA/MT. Não há saldos a pagar registrados no balanço patrimonial. Em relação à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, existe uma obrigação de realizar projetos de compensação ambiental no valor total de R\$390, valor previsto para ser investido em 2021.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

Operação e manutenção dos ativos - Realizadas pela própria Companhia.

Aspectos ambientais - Os empreendimentos estão regulares com suas obrigações ambientais e devidamente licenciados (licenças de operação vigentes).

Licenças ambientais			
Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Data de vencimento
Jubá/Jauru	318660/2019	04/01/2019	03/01/2022
Brasnorte/Nova Mutum	317327/2018	30/05/2018	29/05/2021

COVID-19 - O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- o Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- o Retorno gradual dos empregados ao trabalho presencial, cumprindo todos os protocolos e orientações dos órgãos de saúde, com acompanhamento de assessoria médica especializada;
- o Suspensão de viagens e reuniões presenciais;
- o Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- o Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- o Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco;
- o Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2020 – A AGO de 30 de abril de 2021 ratificou a destinação do Lucro Líquido de 2020 descrito na nota explicativa nº 13 – Patrimônio Líquido.

Alteração da Diretoria e extinção do Conselho de Administração – Em 23 de março de 2021 a AGE da Companhia elegeu o Sr. André Augusto Telles Moreira como Diretor Presidente, Sr. Erik da Costa Breyer como Diretor Financeiro, Sr. Marco Antônio Resende Faria como Diretor Técnico e Diretor Jurídico e Regulatório, Sr. Fábio Antunes Fernandes Diretor de Negócios e Sr. Luis Alessandro Alves como Diretor de Implantação, e extinguiu o Conselho de Administração da Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

24. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, dado o não pronunciamento da ANEEL em relação a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias. Adicionalmente, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ no 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (Reapresentado)
Ativos							
<i>Ativos circulantes</i>							
Caixa e equivalentes de caixa		3.092	-	3.092	153	-	153
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	16.371	-	16.371
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		3.196	-	3.196	2.769	-	2.769
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	25.447	25.447	-	24.479	24.479
Impostos e contribuições sociais		1.311	-	1.311	1.076	-	1.076
Outras contas a receber		980	-	980	577	-	577
Total dos ativos circulantes		8.579	25.447	34.026	20.946	24.479	45.425
<i>Ativos não circulantes</i>							
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		193	-	193	180	-	180
Depósitos judiciais		465	-	465	456	-	456
Outras contas a receber		169	-	169	169	-	169
Direito de uso	(v)	-	182	182	-	-	-
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	270.447	270.447	-	268.777	268.777
Imobilizado	(iv)	173.524	(173.513)	11	177.607	(177.598)	9
Intangível	(iv)	2.483	(2.483)	-	2.474	(2.474)	-
Total dos ativos não circulantes		176.834	94.633	271.467	180.886	88.705	269.591
Total dos ativos		185.413	120.080	305.493	201.832	113.184	315.016
Passivos							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		1.266	-	1.266	899	-	899
Passivo de arrendamento	(v)	-	54	54	-	-	-
Impostos e contribuições sociais		1.081	-	1.081	1.549	-	1.549
Taxas regulamentares		636	-	636	546	-	546
Dividendos a pagar		103	-	103	7.270	-	7.270
Outras contas a pagar		1.294	-	1.294	787	-	787
Total dos passivos circulantes		4.380	54	4.434	11.051	-	11.051
<i>Passivos não circulantes</i>							
Passivo de arrendamento	(v)	-	137	137	-	-	-
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	4.838	33.289	38.127	2.416	31.067	33.483
Tributos diferidos	(iii)	-	25.767	25.767	-	25.581	25.581
Provisões para riscos fiscais e cíveis		202	-	202	216	-	216
Outras contas a pagar		1.025	-	1.025	1.146	-	1.146
Total dos passivos não circulantes		6.065	59.193	65.258	3.778	56.648	60.426
<i>Patrimônio líquido</i>							
Capital social		191.052	-	191.052	191.052	-	191.052
Reserva de lucros		38.646	-	38.646	29.716	15.501	45.217
Dividendos adicionais propostos		6.103	-	6.103	7.270	-	7.270
(Prejuízos) acumulados		(60.833)	60.833	-	(41.035)	41.035	-
Total do patrimônio líquido	(vi)	174.968	60.833	235.801	187.003	56.536	243.539
Total dos passivos e do patrimônio líquido		185.413	120.080	305.493	201.832	113.184	315.016

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota explicativa	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (Reapresentado)
Disponibilização do sistema de transmissão		30.784	(30.784)	-	29.745	(29.745)	-
Remuneração do ativo de contrato		-	17.910	17.910	-	20.936	20.936
Correção monetária do ativo de contrato		-	10.247	10.247	-	(2.371)	(2.371)
Operação e manutenção		-	2.538	2.538	-	2.448	2.448
Receita de implementação de infraestrutura		-	-	-	-	8.626	8.626
Parcela variável		(275)	-	(275)	(10)	-	(10)
Outras receitas		-	2.727	2.727	-	2.576	2.576
Receita bruta	(vii)	30.509	2.638	33.147	29.735	2.470	32.205
PIS e COFINS correntes		(2.799)	-	(2.799)	(2.750)	-	(2.750)
PIS e COFINS diferidos		-	(186)	(186)	-	(440)	(440)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(1.208)	-	(1.208)	(1.205)	-	(1.205)
Tributos e encargos	(viii)	(4.007)	(186)	(4.193)	(3.955)	(440)	(4.395)
Receita líquida		26.502	2.452	28.954	25.780	2.030	27.810
Pessoal		(3.544)	-	(3.544)	(2.702)	-	(2.702)
Material		(138)	(2.767)	(2.905)	(171)	(407)	(578)
Serviços de terceiros		(1.812)	-	(1.812)	(1.302)	-	(1.302)
Depreciação e amortização		(6.840)	6.815	(25)	(6.800)	6.800	-
Outros custos operacionais		(275)	27	(248)	(90)	-	(90)
Custos operacionais	(ix)	(12.609)	4.075	(8.534)	(11.065)	6.393	(4.672)
Pessoal e administradores		(386)	-	(386)	(204)	-	(204)
Serviços de terceiros		(750)	-	(750)	(888)	-	(888)
Depreciação e amortização		(1)	-	(1)	(1)	-	(1)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(52)	-	(52)	(50)	-	(50)
Despesas operacionais		(1.189)	-	(1.189)	(1.143)	-	(1.143)
Resultado da atividade		12.704	6.527	19.231	13.572	8.423	21.995
Receitas financeiras		380	-	380	686	-	686
Despesas financeiras, líquidas	(x)	(63)	(11)	(74)	(44)	-	(44)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		317	(11)	306	642	-	642
Resultado antes dos impostos e contribuições		13.021	6.516	19.537	14.214	8.423	22.637
Imposto de renda e contribuição social	(xi)	(2.967)	(2.219)	(5.186)	(741)	(4.148)	(4.889)
Lucro líquido do exercício	(xii)	10.054	4.297	14.351	13.473	4.275	17.748
Lucro por ação							
Lucro por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)		0,05262	0,0225	0,07512	0,09545	-0,0026	0,09290

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação de infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são: (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47; e (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

(v) Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia não aplicou o CPC 06 (R2) na contabilidade regulatória.

(vi) Patrimônio Líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido societário	235.801	243.539
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(295.894)	(293.256)
Direito de uso (CPC 06 (R2))	(182)	-
Imobilizado e intangível (CPC 47)	175.996	180.072
Passivo de arrendamento (CPC 06 (R2))	191	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	33.289	31.067
Tributos diferidos - PIS e COFINS (CPC 47)	25.767	25.581
Patrimônio líquido regulatório	174.968	187.003

A Companhia efetua a destinação do resultado do exercício com base na contabilidade societária. No exercício de 2020, a Companhia ajustou seu ativo de contrato de concessão a luz do ofício CVM nº 04/2020 e procedeu com a reapresentação dos números comparativos de suas Demonstrações Financeiras societárias. Todos os efeitos relacionados aos dividendos, reservas de lucros e prejuízos acumulados até o exercício de 2019, foram considerados diretamente na DMPL regulatório de 31 de dezembro de 2020.

(vii) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(viii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso PIS e COFINS diferidos.

(ix) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Os custos e amortização do direito de uso referentes ao CPC 06 (R2) não foram aplicados na contabilidade regulatória.

(x) Despesas financeiras

As despesas financeiras referentes ao CPC 06 (R2) não foram aplicados na contabilidade regulatória

(xi) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IR e CSLL diferidos.

(xii) Lucro líquido do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro societário do exercício	14.351	17.748
Receita bruta (CPC 47)	(2.638)	(2.470)
Deduções da receita - PIS e COFINS (CPC 47)	186	440
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	2.767	407
Depreciação e amortização (CPC 47)	(6.815)	(6.800)
Arrendamentos de Veículos (Leasing) (CPC 06 (R2))	(27)	-
Despesa financeira – Arrendamento (CPC 06 (R2))	11	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (CPC 47)	2.219	4.148
Lucro regulatório do exercício	10.054	13.473

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

* * * * *

Diretoria	
Nomes	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Luiz Carlos de Andrade
Contador
CRC-076013/O-3
CPF nº 696.385.517-04